

Municípios abastecidos pela EPAL querem redução da tarifa da água

9 de Julho, 2019

A Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água (AMEGA), abastecidos pela EPAL, defenderam esta segunda-feira uma redução das tarifas praticada pela empresa, de forma a poderem aumentar a sua capacidade de investimento nas redes de distribuição. Segundo a Agência Lusa, esta necessidade foi defendida de manhã durante um seminário, que decorreu no concelho de Loures, sobre a análise do custo e da eficiência dos sistemas de distribuição de água.

O encontro foi promovido pela AMEGA, que integra os municípios de Alcanena, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cascais, Constância, Entroncamento, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha. Estes 19 municípios desenvolvem a sua atividade de distribuição domiciliária de água na área de influência da Empresa Portuguesa das Águas Livres (EPAL).

Em declarações à agência Lusa, o presidente do conselho diretivo da AMEGA, António Pombinho, explicou que os municípios que compram água à EPAL têm sentido cada vez mais dificuldades para investir nos seus sistemas em baixa, devido ao “elevado tarifário praticado pela empresa”.

Segundo o responsável, “a situação, que não era adequada, agravou-se nos últimos anos. Houve um aumento de 15% do valor que é cobrado aos municípios. Isso coloca duas alternativas. Ou os municípios aumentam o preço da água aos consumidores ou acomodam esses aumentos e reduzem a capacidade para realizar investimentos”.

Em causa estão investimentos na renovação de redes e condutas de água e na instalação de sistemas inteligentes que permitem detetar ruturas e reduzir as perdas de água. O responsável da AMEGA referiu que já expressou estas preocupações ao Governo, tendo-o feito hoje novamente ao secretário de Estado do Ambiente, presente neste seminário. “O senhor secretário de Estado manifestou a disponibilidade para continuar a debater essa questão e para inscrever investimentos nas redes de abastecimento de água no próximo quadro comunitário”, sublinhou.

Durante o seminário foi apresentado um estudo elaborado pelo Instituto Superior Técnico que analisou os custos suportados pelos consumidores finais com o abastecimento de água e a eficiência dos sistemas. Segundo António Pombinho, o estudo demonstrou que existe margem de manobra para a EPAL proceder à redução das tarifas cobradas aos municípios, “sem pôr em causa a sua sustentabilidade. A EPAL apresenta anualmente lucros de 50 milhões de euros. Uma redução tarifária iria reduzir o lucro, mas não poria em causa a sua sustentabilidade financeira”.

A próxima revisão tarifária ocorre em 2021.